

FRONTEIRAS EM FLUXO E DESTINOS FORÇADOS: AS CONSEQUÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E POLÍTICAS NA POPULAÇÃO ALEMÃ ÉTNICA APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Bruna Doimo¹

Marcela de Oliveira Santos Silva²

Resumo: Acordos internacionais de dissolução de impérios e remarcação de fronteiras, para além de questões econômicas e territoriais, causam grandes mudanças demográficas. Um caso muito importante, porém pouco abordado pela historiografia brasileira, é o dos alemães étnicos, pessoas de origem étnica/linguística alemã que ficaram fora das novas fronteiras do estado definidas após a Primeira Guerra. Os tratados de paz após o conflito fizeram que grandes contingentes populacionais estivessem divididos por diversos países europeus. Neste artigo, vamos discutir a questão da anexação de alemães étnicos por outros Estados e o tratamento dado a esse grupo nesses países, como França, Itália e Tchecoslováquia, apresentando as consequências dessa mudança populacional forçada no discurso político alemão no entre guerras.

Palavras-chave: Minoria étnica alemã; Reorganização territorial; Políticas para imigrantes.

BORDERS IN FLOW AND FORCED DESTINIES: THE DEMOGRAPHIC AND POLITICAL CONSEQUENCES FOR THE ETHNIC GERMAN POPULATION AFTER WORLD WAR I

Abstract: International agreements for the dissolution of empires and the remarcation of borders, beyond economic and territorial issues, lead to significant demographic changes. An important case but often overlooked in Brazilian historiography is group of the ethnic Germans, individuals of German ethnic/linguistic origin who found themselves outside the new state borders defined after World War I. The peace treaties following the conflict resulted in large population contingents being divided among various European countries. In this article, we will discuss the annexation of ethnic Germans by other states and the treatment of this group in those countries, such as France, Italy, and Czechoslovakia. We will also explore the consequences of this forced population shift in German political discourse during the interwar period.

Keywords: German ethnic minority; Territorial reorganization; Immigrant policies.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: bbdoimo@yahoo.com.br.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista FAPERJ nota 10. Contato: marcela.oliveir@yahoo.com.br.

Introdução

No início da invasão russa à Ucrânia, o presidente russo Vladimir Putin afirmou que a criação do Estado ucraniano foi um erro de Lênin, que, ao dar autonomia à região, declarando-a como uma província independente, separou um estado que “historicamente faz parte do território russo”. Putin ainda afirmou que “Ninguém disse aos milhões de pessoas que viviam lá o que pensaram disso”.³ Longe de legitimar essa fala do presidente russo, que pode facilmente ser negada mediante algumas avaliações sobre a formação da identidade étnica ucraniana, o que queremos ressaltar é que as divisões territoriais, consequentemente populacionais, podem dar margem para um discurso revisionistas. Uma situação ainda mais complicada pode surgir a partir da divisão de territórios por acordos internacionais. Entre os muitos exemplos históricos dessa cisão, podemos citar a perda de território alemão após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Se hoje em dia é comum na Alemanha um grande contingente de imigrantes,⁴ algumas décadas atrás a situação era a oposta. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o mapa europeu sofreu drásticas transformações, e a Alemanha e sua população foram bastante afetados.

Neste artigo discutiremos as penitências infligidas à Alemanha pelos tratados internacionais após a Primeira Guerra. Para além das questões financeiras e militares, chamamos atenção para o tema das perdas territoriais, que acarretam diretamente em perdas populacionais. Essa situação de perda de nacionalidade dos *Volksdeutschen* (alemães étnicos)⁵ e o trata-

³ EILSE, Ines; MUDGE, Rob, As falsas declarações de Putin sobre a história da Ucrânia, **Deutsche Welle**, 24.02.2022, Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/as-falsas-declara%C3%A7%C3%B5es-de-putin-sobre-a-hist%C3%B3ria-da-ucr%C3%A2nia/a-60907021>. Acesso em 31.08.2023

⁴ O país está em primeiro lugar entre os estados europeus que mais recebem imigrantes, só em 2021, foram registrados 148.159 pedidos de asilo para o governo alemão Pedidos de asilo e refugiados na Alemanha. **Dados mundiais**. Disponível em <<https://www.dadosmundiais.com/europa/alemanha/refugiados.php>>. Acesso em 15 de Jun. 2023

⁵ Alemães étnicos é o termo mais usado pela historiografia especializada no tema para traduzir “*Volksdeutschen*”. Esse termo era utilizado pelas correntes ultranacionalistas alemães no pós-Primeira Guerra para se referir a indivíduos de nacionalidade alemã, que se encontravam fora das fronteiras do que ficou delimitado como Estado alemão após 1918. É importante ressaltar que, para esses grupos nacionalistas, no qual se inclui o Partido Nazista, a nacionalidade era uma questão racial. Desse modo, as fronteiras territoriais não eram relevantes a fim de

mento dado a esse grupo nos países para os quais esses indivíduos migraram serviram, mais tarde, como munição para um discurso nacionalista, que era a favor de revisar as fronteiras do Estado. Esse discurso que ganha força com a popularização do partido nazista, que foi uma das bases para justificar o início de uma nova guerra em 1939.

Notemos que não se trata apenas do caso de grupos refugiados ou de um grande deslocamento populacional.⁶ Como veremos adiante, mesmo causando, sim, esse fenômeno, com muitos alemães se deslocando para as novas fronteiras do Estado alemão traçadas no pós-guerra, esse caso se destaca pela perda de cidadania entre aqueles alemães que ficaram onde viviam durante e antes da guerra. Essas pessoas se encontravam agora em território estrangeiro. A situação é diferente do que se passou no pós-segunda guerra, por exemplo, quando os alemães que se encontravam nos territórios conquistados pelo Terceiro Reich foram muitas vezes expulsos após o fim do conflito. De qualquer forma, nos dois casos, as populações alemãs se veem deslocadas da sua pátria. Com a especificidade de que no pós-1945, muitos alemães imigraram para fora da Europa por diversos motivos, direcionando-se a países da América Latina, incluindo o Brasil. Existem diversos estudos que abordam a imigração alemã para o Brasil e a integração desse grupo na sociedade brasileira.⁷

Este artigo é resultado de pesquisas anteriores desenvolvidas no Núcleo de Estudos da Política e História Social, em que a História Contemporânea e os Genocídios do século XX eram temas que perpassavam as investiga-

considerar quem era de fato alemão. O pertencimento nacional, segundo essa perspectiva, estava ligado a uma questão racial-cultural. Assim, mesmo aqueles nascidos nos territórios perdidos pela Alemanha após os tratados de paz, eram tão alemães, quanto aos que estavam dentro das fronteiras do estado em si. Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema ler DOIMO, Bruna, **Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939**. 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶ Sobre o conceito usado para referir-se a esses grupos há de se ter atenção para não confundir com termos muito usados na atualidade como “imigrante” ou “deslocados de guerra”. Isso porque o uso desses termos pode ser inapropriado para o caso, ou até mesmo anacronismo. Sobre o uso e significado do termo, ver SALIS, André Ulysses de, **O silêncio do Leste: Refugiados do stalinismo no Paraná**. 2020, 234 f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. P.79-80

⁷ DOS SANTOS, Rodrigo. Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste–Guarapuava, Paraná (1946-1960). **Revista Espacialidades**, v. 8, n. 01, p. 370-379, 2015.

ções do grupo. A partir disso, no presente artigo, optou-se por trabalhar com um fragmento das reflexões desenvolvidas, portanto, com a migração forçada de alemães étnicos.

Os Tratados de Paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial

Após a assinatura do armistício que encerrou a Primeira Guerra Mundial, diversos tratados foram estabelecidos entre as potências envolvidas no conflito. Entre esses acordos, o Tratado de Versalhes destacou-se como um dos mais significativos e amplamente conhecidos.⁸ Esse documento abordou uma série de questões, sendo uma das mais importantes a cessão de partes do território alemão às nações vitoriosas como forma de reparação pelos danos causados durante a guerra.

Como consequência dessas mudanças territoriais, a maioria dos habitantes dessas regiões perdeu sua cidadania alemã. Em apenas quatro casos, a determinação da nacionalidade foi concedida aos habitantes locais. Os distritos de Eupen-Malmédy, que foram concedidos à Bélgica, e o de Schleswig, que estava sob o domínio da Dinamarca, foram dois desses casos. Em ambos os casos, a população local teve a oportunidade de decidir o destino de suas regiões por plebiscitos. Outras duas regiões, Marienwerder e Allenstein, também realizaram plebiscitos, em julho de 1920. Em ambas, a maioria decidiu permanecer na Alemanha, enquanto apenas algumas vilas foram transferidas para a Polônia devido à predominância da população polonesa naquelas áreas.⁹

Com a restauração da Polônia após a guerra, que havia sido desmembrada entre a Prússia, a Rússia czarista e a Áustria-Hungria, a parte oriental do Império Alemão sofreu uma considerável perda territorial. À Polônia foi concedida a região de Posen, de acordo com os termos do tratado, que estabe-

⁸ O Tratado de Versalhes foi um acordo assinado em 1919 após o término da Primeira Guerra Mundial. Ele estabeleceu as condições de paz entre as potências vitoriosas (principalmente Reino Unido, França, Estados Unidos e outros) e a Alemanha derrotada. Como veremos mais adiante, o tratado impôs uma série de sanções e exigências à Alemanha, incluindo a redução de seu território, a desmilitarização, o pagamento de reparações de guerra e a culpa pela guerra.

⁹ Carr, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947. P.123

lecia o direito de acesso ao mar. Como resultado, foi criado um corredor de aproximadamente 100 km² no território alemão, que se estendia entre a Prússia Oriental e a Pomerânia. Por outro lado, a região da Alta Silésia, inicialmente concedida à Polônia, foi compartilhada por meio de um acordo germano-polonês em 1922. Além disso, a Prússia perdeu o território de Memel, que foi incorporado à Lituânia após um período de controle francês na região. Também ocorreu a integração do território de Hultschin à Tchecoslováquia.¹⁰

Outra cidade que foi incorporada ao Império Alemão em 1871 e posteriormente perdida devido às imposições do tratado foi Danzig. Apesar de possuir uma maioria populacional de origem alemã, com 96,5% dos 410 mil habitantes sendo de etnia alemã,¹¹ a cidade foi designada como uma “Cidade Livre” pelo tratado, o que lhe conferia uma representação política própria. No entanto, um Alto Comissário da Liga das Nações foi designado para lidar com questões referentes à sua organização política.¹² Além disso, as estradas e a alfândega da cidade estavam sob o controle da Polônia.

Como parte das reivindicações do Tratado, a região fronteiriça da Renânia foi desmilitarizada e ocupada por forças aliadas. A ocupação foi planejada da seguinte maneira: a região deveria ser “dividida em três zonas, a serem evacuadas respectivamente em cinco, dez e quinze anos após a entrada em vigor do Tratado”.¹³ Adicionalmente, ainda como parte das imposições do acordo de paz, a Alemanha perdeu suas colônias ultramarinas.

¹⁰ RICHARD, Lionel. **A república de Weimar (1919-1933)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988. p.65

¹¹ EPSTEIN, Catherine. **Model Nazi: Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland**. Oxford University Press on Demand, 2010. p.39

¹² Na constituição da Cidade Livre de *Danzig*, de 17 de novembro de 1920, pode-se observar o controle exercido pela Liga das Nações sobre o território, mostrando que sua independência não era absoluta. No Artigo 5, lê-se: “Sem o consentimento prévio da Liga das Nações, em cada caso, a Cidade Livre não deve: 1. servir como base militar e naval; 2. fortalecer fortificações; 3. permitir a produção de munição ou material de guerra em seu território.”. Já o artigo 42 fala sobre a monitoração da Liga: “O Senado da Cidade Livre de Gdansk, a pedido, fornecerá à Liga das Nações, a qualquer momento, informações oficiais sobre os assuntos públicos da Cidade Livre de Danzig.”. No artigo 49, por sua vez, vê-se a regulamentação da Liga sobre alterações na constituição: “As emendas à Constituição não podem entrar em vigor antes de serem notificadas à Liga das Nações e foi declarado que não há objeções às emendas”. A Constituição da Cidade Livre de *Danzig* pode ser encontrada em <https://www.freecitysourcebook.com/uploads/2/6/1/2/26123343/die_verfassung_der_freien_stadt_danzig_textausgabe_mit_einleitung_von_dr._otto_loening_1922.pdf>. Acesso em 24 Jun. 2023

¹³ CARR, op. cit., 1947, p.125



Figura 1 – Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes

Fonte: US Holocaust Memorial Museum. https://www.ushmm.org/wlc/en/media_nm.php?ModuleId=10005425&MediaId=1620. Acesso em 23 de jun. 2023

No mapa apresentado, observamos as divisões territoriais dos Estados antes e após a Primeira Guerra Mundial. Destacam-se os territórios perdidos pela Alemanha, devido às imposições do Tratado de Versalhes, indicando as partes que foram concedidas à França, à Polônia, à Bélgica, à Dinamarca, à Tchecoslováquia e à Lituânia, bem como as regiões que ganharam autonomia.

Ainda, vale ressaltar as colônias africanas que a Alemanha possuía antes da guerra, correspondendo aos atuais Estados de Camarões, Togo, Ruanda e Burundi, além de faixas territoriais em outros Estados e ilhas.

O Tratado de Saint-Germain-en-Laye, assinado em setembro de 1919, foi responsável pela dissolução do Império Austro-Húngaro e pelo estabelecimento da República Austríaca, englobando as regiões de língua alemã. A nova nação contava com apenas “7 milhões de cidadãos (em comparação com os 54 milhões do império), 2 milhões dos quais habitando em Viena.”¹⁴ A consolidação da República Austríaca frustrou o desejo tanto da Alemanha quanto da Áustria de uma fusão dos dois Estados.¹⁵

¹⁴ KERSHAW, Ian, **Hitler**, trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010, p.389

¹⁵ BARANOWSKI, 2014, p.124

Isso se deu porque o novo país era formado quase em sua totalidade por indivíduos de língua alemã. Por esse motivo, a união entre Alemanha e Áustria, conhecida como *Anschluss*,¹⁶ era uma ideia amplamente desejada pelos dois Estados, o que ficou provado pelo plebiscito realizado no início dos anos 1920.¹⁷

O antigo Império Austro-Húngaro foi obrigado a ceder territórios para os novos Estados que se formaram, como a Polônia (que foi reconstituída), a Tchecoslováquia e o Reino da Sérvia, posteriormente conhecido como Iugoslávia.¹⁸ A Iugoslávia ficou com partes dos territórios da Estíria e da Caríntia, enquanto a região da Bukovina foi entregue à Romênia.¹⁹ Além disso, os alemães que viviam na Boêmia, na Morávia e na Silésia Austríaca foram incorporados ao novo Estado da Tchecoslováquia.²⁰

No mapa a seguir, a área colorida representa o território do antigo Império Austro-Húngaro antes de 1914. Sobrepostas a ela, estão marcadas as novas divisões estatais que surgiram após a guerra.

O Tratado de Saint-Germain-en-Laye também foi responsável por ajustar contas em relação aos acordos estabelecidos durante o período da guerra, como o "Pacto de Londres", firmado entre Itália, França, Grã-Bretanha e Rússia. Esse acordo garantiu a participação italiana na guerra ao lado dos países da Tríplice Entente. No pacto, ficou estabelecido que a Itália teria direito aos territórios que anteriormente pertenciam à Áustria-Hungria, como Tirol, Trentino e Ístria.

¹⁶ Em significado literal, podemos traduzir para conexão, anexação. Porém, buscando o significado histórico, trata-se do projeto de fusão entre Alemanha e Áustria, levando em conta o fato da maioria das duas populações terem a mesma base étnica, cultural e linguística. Essa ideia era defendida por diferentes grupos pangermânicos que advogavam em prol de uma "grande Alemanha", que seria a junção da parte germanófona dos territórios que antes formaram o Sacro Império Romano Germânico.

¹⁷ EVANS, 2010, p.173

¹⁸ Não só os alemães sofreram com a formação de estados multiculturais. A formação da Iugoslávia se deu sem qualquer precedente que unia os povos que foram agrupados (sérvios, croatas e eslovenos) nesse novo Estado, apenas se pautando na força da língua em comum. A criação de um Estado único se deu mais pelos interesses das grandes potências europeias do pós-guerra, Inglaterra e França, que apoiaram o movimento nacionalista pan-eslavo, que começou a ganhar força antes mesmo do fim da Primeira Guerra. DECRESCI, Samuel. A incoerência na formação do estado iugoslavo: um "diálogo" com a obra Nações e Nacionalismo de Eric J. Hobsbawm. **Revista Sem Aspas**, p. 145-154, 2013.

¹⁹ Holocaust Encyclopedia, TREATY OF VERSAILLES, 1919: Impact of World War I. Disponível em <<https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005425>>, Acesso em 20 de Fev. 2018

²⁰ CARR, op. cit., 1947, p.10



Figura 2 – Dissolução da Áustria-Hungria

Fonte: Por Rowanwindwhistler (Discussão · contribs) - Este ficheiro foi derivado de Disgregación de Austria Hungría.svg;CC BY-AS 4.0 19 de Nov. 2010. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=61355919>. Acesso em 23 jun. 2023

A região de Trentino era, de fato, habitada predominantemente por uma população italiana. No entanto, no Tiro Sul, 86% da população falava alemão, mas a região também era composta por ladinos (4%), italianos (3%) e “estrangeiros ou falados de outra língua”.²¹ A aquisição dessa região era de interesse para o governo italiano, devido às fronteiras naturais que esse território proporcionaria para o Estado.²²

Apesar dos tratados de paz já imporem diversas sanções à Alemanha, os aliados tomaram medidas que ultrapassavam o que estava estabelecido. Como mencionado anteriormente, o Tratado de Versalhes previa a ocupação da Renânia pelas tropas aliadas (francesas, inglesas e norte-americanas), o que ocorreu desde o fim da guerra. No entanto, em 1923, a França expandiu sua zona de ocupação por toda a extensão da bacia do Ruhr. A invasão dessa região tinha como objetivo forçar a Alemanha a pagar reparações de guerra, uma vez que o Ruhr era uma área industrial de grande importância na produção de carvão. O mapa a seguir mostra que a

²¹ ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001. P.01

²² Alcock afirma que “a linha dos Alpes no Brenner foi considerada uma barreira natural muito superior ao que poderia ser encontrado mais ao sul.” (ALCOCK, op. cit., 2001. p.02).

ocupação francesa excede em muito a dos demais aliados e está localizada em uma região economicamente estratégica.

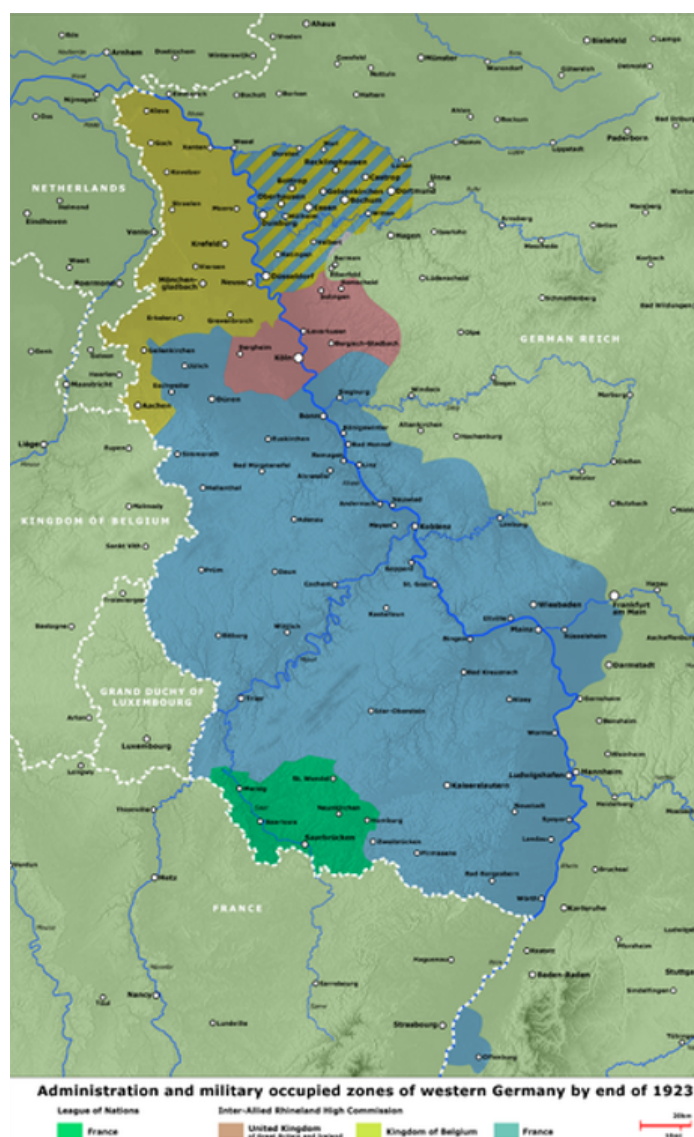


Figura 3 – Zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923

Fonte: Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Western_Germany_1923_en.png/375px-Western_Germany_1923_en.png>.

Acesso em 23 de jun. 2023

Para muitos grupos nacionalistas alemães, incluindo o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP)— o partido de Hitler —, os tratados de paz do pós-guerra, especialmente o Tratado de Versalhes, eram vistos não apenas como “uma humilhação nacional, mas como uma ameaça biológica a sobrevivência do povo alemão como um todo”.²³ Com base nessa

²³ MAZOWER, 2013, P.83

percepção, a recuperação de territórios tornou-se um elemento crucial no discurso de Hitler. Ele acreditava que era necessário desenvolver planos de política externa que levassem em consideração essa necessidade de reaver os territórios perdidos. Nesse sentido, a justificativa central para a tomada do poder e o controle da política interna era a preparação do país para conflitos prolongados, visando à obtenção/reanexação de territórios.²⁴

Posto isso, a partir daqui, trataremos sobre a migração alemã pela Europa no pós-guerra.

Os alemães pela Europa após o fim da guerra

Após o término da guerra, as populações de língua alemã foram significativamente afetadas pelas mudanças territoriais resultantes do Tratado de Versalhes. Muitas dessas populações se encontraram dentro das fronteiras de novos Estados, enfrentando uma nova realidade política e social.²⁵ Eric Steinhart destaca o movimento migratório de dezenas de milhares de germanófonos que se estabeleceram no Império Russo no início do século XIX.²⁶ Além disso, Doris Bergen ressalta que, até a década de 1930, existiam aproximadamente 30 milhões de *Volksdeutschen* vivendo fora das fronteiras do Reich, sendo pelo menos 10 milhões no leste europeu, abrangendo países como Polônia,

²⁴ MAZOWER, 2013, p.83

²⁵ Pieter Judson chama atenção para uma questão muito importante na análise dessas populações. O autor alerta que deve haver, por parte do pesquisador, um cuidado com o uso de termos e concepções empregados por "ideólogos nacionalistas", quando estes são usados como ferramentas analíticas. Ao se referir especificamente sobre a questão da "diáspora alemã", o autor afirma que esse conceito foi usado pelos discursos nacionalistas ao se referirem às "comunidades no território Habsburgo na Europa Central", a fim de "defender uma relação necessária entre essas comunidades e o estado alemão". Todavia, segundo ele, é muito difícil se referir à diáspora no período entre guerra. "Durante o período de 1918, eles usualmente referiam-se às ideologias pré-guerra para orientação, tradições que raramente haviam tornado sua relação com a Alemanha um componente necessário da identidade da comunidade". Ainda segundo o Judson, foi somente depois da década de 1930, e muito graças à propaganda nazista, que "essas comunidades duramente pressionadas conseguiram criar uma nova autocompreensão entre eles como diásporas do Estado-nação alemão". JUDSON, Pieter, When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation-Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe. In: **The Heimat Abroad**. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagan, University of Michigan Press, 2005, p. 219-220

²⁶ STEINHART, Eric C. Introduction, In: The Holocaust and the Germanization of Ukraine. Cambridge University Press, 2015. p.02

Estados Bálticos, Ucrânia, Hungria e Romênia.²⁷ Norbert Götz, por sua vez, aponta para a existência de mais de 14 milhões de pessoas de língua alemã nas regiões de fronteira com a Alemanha, incluindo Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Tchecoslováquia e Polônia. Essas regiões foram retratadas pelo regime nazista como “áreas de assentamento alemão” (*Geschlossener Volks-siedelboden*), o que refletia a política expansionista e os objetivos de colonização da ideologia nazista.²⁸

de paz. A criação de novos Estados e a redistribuição territorial resultaram em comunidades alemãs espalhadas por diversas regiões da Europa. Essa realidade trouxe desafios políticos, sociais e culturais para essas comunidades e influenciou as dinâmicas regionais e as relações entre os Estados após a guerra.²⁹ Segundo Mazower, o Tratado de Versalhes resultou na transformação dos alemães na maior população minoritária da Europa. Estimava-se, em 1930, que entre 8 e 9 milhões das 36 milhões de pessoas pertencentes a minorias étnicas no Leste Europeu eram de origem alemã. Isso evidencia o impacto significativo do tratado na distribuição étnica e na situação das minorias na região.³⁰

Os alemães como maioria étnica: o caso austríaco.

Nem em todas as regiões os alemães eram minorias. O recém-formado Estado austríaco abrigou em suas fronteiras uma grande parte da população de língua alemã, proveniente do extinto Império Austro-Húngaro. Portanto, era natural que, nesse período de definição das novas fronteiras nacionais, surgisse o debate sobre o *Anschluss* com a Alemanha.

Sob a liderança do chanceler Karl Renner, os falantes de língua alemã do antigo Império Austro-Húngaro reuniram-se em Viena e proclamaram a República Austríaca Alemã.³¹ Uma constituição foi estabelecida, declarando que “a Áustria alemã era parte integrante da República Alemã”.³² Otto Bauer, recém-nomeado líder do Partido Social-Democrata, afirmou que, ao fazer isso, o povo “manifestou seu desejo de se unir novamente às demais nações germânicas das quais se separou há 52 anos”.³³

Antes da guerra, apenas alguns setores mais conservadores, como os pan-germanistas, defendiam a derrubada da monarquia em favor da união das regiões étnicas alemãs com a “pátria mãe”. No entanto, após o fim do Império, a união começou a ser desejada por diferentes setores da sociedade.³⁴

²⁹ WRIGHT, 2002, p.711 apud THOENE, 2014, P.43

³⁰ MAZOWER, op. cit., p.73

³¹ EVANS, op. cit., 2010, pp. 81-82

³² MAZOWER, op. cit., p. 71

³³ M. Dockrill e J. D. Goold, p. 03 apud Mazower, p.71.

³⁴ Em oposição à união, estavam os católicos austríacos que temiam que a união pudesse enfraquecer a igreja. Ver, MAZOWER, op. cit., p.72.

Os social-democratas viam a fusão com a nova República Alemã como uma forma de garantir que a monarquia dos Habsburgos nunca mais retornasse ao poder. Mazower destaca que até mesmo a direita tinha interesse na união, pois buscava uma “nova ordem política, nacional e econômica” com a Alemanha.³⁵

No momento da formação da Assembleia do novo Estado austríaco, foi a esquerda que ganhou destaque, obtendo 41% dos votos para formar a nova constituinte. Os social-democratas conquistaram 72 cadeiras; os sociais cristãos, 69; os nacionais alemães, 26; e os nacionais judeus e os democratas burgueses, os demais cargos.³⁶

Mediante um plebiscito, a maioria expressou seu desejo pela unificação. A nova constituição também delineava as aspirações territoriais austríacas. Algumas regiões, como o Tirol do Sul (conhecido no mapa como Tirol Alemão), não foram incluídas nas novas fronteiras do Estado austríaco, uma vez que estavam sob o controle da Itália. A Caríntia e a Estíria foram cedidas ao Reino da Sérvia, enquanto os Sudetos foram dominados pela Tchecoslováquia.

Além disso, as potências aliadas vetaram a possibilidade do *Anschluss*, a união entre Alemanha e Áustria, que os alemães consideravam seu direito legítimo. Mazower e Evans destacam que as potências vitoriosas não estavam dispostas a permitir que a Alemanha, mesmo derrotada na guerra, ampliasse significativamente seu território e população. Evans descreve como “chocante, [...] a recusa das potências vitoriosas em permitir a união da Alemanha e da Áustria de língua alemã”,³⁷ principalmente porque as nações que surgiram a partir do desmembramento do Império Austro-Húngaro basearam-se justamente no princípio da autodeterminação dos povos. Diante disso, surgia a questão: por que esse mesmo princípio não

³⁵ MAZOWER, op. cit., p.72.

³⁶ Essa eleição foi marcada pelo sufrágio universal, momento em que as mulheres que até então estavam excluídas da vida política em quase todos os países tiveram acesso ao voto. SCHEUCH, **Manfred, 1919: Primeiras eleições verdadeiramente democráticas**, RotBewegt, Áustria, s/d. Disponível em <<https://www.rotbewegt.at/#/epoche/1918-1933/artikel/1919-erste-echt-demokratische-wahlen>>. Acesso em 15 de Junho. 2023.

³⁷ EVANS, op. cit., 2010, p.81.

seria aplicado àqueles que se identificavam como alemães? Por que eles não poderiam se unir àqueles que consideravam seus semelhantes, se essa era a vontade de ambas as nações?

Não só entre os austríacos, mas também entre os alemães, a demanda pela unificação entre dos dois países surgiu de várias fontes e ganhou considerável força no período pós-guerra.

De todas as cláusulas do Tratado, essa pareceu a mais injusta. [...] Os austríacos queriam a união; os alemães estavam preparados para aceitar a união; o princípio de autonomia nacional exigia a união. O fato de os aliados proibirem a união permaneceu uma fonte constante de amargura na Alemanha e condenou a nova "República da Alemanha-Áustria", como era conhecida, a duas décadas de existência dominada por conflitos e abalada por crises nas quais poucos de seus cidadãos chegaram a acreditar em sua legitimidade.³⁸

Os Estados europeus e a minoria étnica alemã

Mark Mazower observa que não há um tratamento uniforme em relação aos "alemães étnicos" por parte dos diferentes Estados. Cada governo lidou de maneira específica com as minorias étnicas presentes em seus territórios.

Em alguns casos, como na Estônia, os "alemães étnicos" tiveram seus direitos à autonomia cultural garantidos pela constituição. Posteriormente, em 1925, foi permitido a todos os grupos identificarem-se de acordo com sua nacionalidade. Além disso, no parlamento, os deputados tinham permissão para usar suas línguas maternas, se assim o desejassem. Por outro lado, as expropriações de terras resultaram na falência de muitos proprietários alemães. Porém, segundo o autor, aqueles que viviam de maneira mais modesta nas cidades não foram tão afetados por essas medidas.³⁹

Contudo, essa não foi a realidade da maioria dos alemães que ficaram sob o domínio de governos "estrangeiros". A seguir, vamos discutir alguns casos em que os Estados tiveram que lidar com um contingente significativo de pessoas de "etnia alemã" em suas fronteiras após a guerra.

³⁸ EVANS, op. cit., 2010, p.82.

³⁹ MAZOWER, op. cit., p.74.

Na França

O maior contingente da população alemã fora do Estado estava localizado no leste europeu. Portanto, são nesses países que o tratamento dessa minoria étnica se torna mais relevantes. No entanto, como evidenciado na Figura 4, também existiam grupos de alemães concentrados na região centro-europeia. Assim, havia um grande contingente de alemães nas antigas fronteiras ocidentais do Império. Portanto, não foram apenas os países do leste que tiveram que lidar com esses grupos.

Em um caso evidente de perseguição a essa população, o governo francês empreendeu a expulsão de um grande contingente de alemães étnicos de seu território. De acordo com Mazower, essa ação representou um "ataque flagrantemente racista aos direitos civis dos germanófonos". Cerca de 200 mil pessoas de origem alemã que residiam na região da Alsácia-Lorena foram afetadas por essa medida.⁴⁰

A ação arbitrária por parte da França não se limitou aos seus territórios recuperados, mas também se estendeu às regiões que estavam temporariamente sob sua custódia, como Sarre e Renânia. Os representantes do governo francês nessas áreas proibiram celebrações e canções de caráter nacionalista alemão, restringindo assim a expressão cultural e o sentimento de identidade dos habitantes locais.

No Sarre, os trabalhadores das minas estatais acusavam os novos proprietários de discriminação contra os alemães étnicos. Além disso, o governo promovia campanhas e movimentos separatistas, ao mesmo tempo que excluía grupos nacionalistas radicais. Essas ações contribuíram para um clima de tensão e animosidade na região.⁴¹

Outra questão que exacerbou ainda mais a insatisfação da população alemã em relação ao governo francês foi a presença de soldados negros, oriundos das colônias francesas na África, na região da Renânia e posteriormente na bacia do Ruhr. De acordo com Evans, essa composição étnica do exército francês aumentava o sentimento de humilhação entre os habitantes

⁴⁰ MAZOWER, op. cit., p.78

⁴¹ EVANS, op. cit., 2010, p.84

locais, que expressavam a sensação de que “siameses, senegaleses e árabes” estavam se tornando “donos de sua terra natal”.⁴² Essa situação estimulou manifestações racistas na região, que difundiam a ideia, por meio de desenhos e propaganda, de que os soldados negros, retratados de forma bestial, estavam abusando sexualmente de mulheres alemãs.

Na Itália

No cenário político italiano, não havia consenso sobre como lidar com a questão dos alemães no Tirol. Entre os políticos mais moderados, havia incertezas em relação à anexação dessa região, pois eles levavam em consideração os direitos desse grupo étnico, chegando até a propor a realização de um plebiscito. Por outro lado, havia um grupo com discurso mais nacionalista, que enfatizava o caráter histórico italiano da região e defendia a importância de mantê-la como uma fronteira que garantia a segurança do Estado.⁴³

Após a ascensão dos fascistas ao poder, em 1922, uma série de medidas foram implementadas contra os “alemães étnicos” no Tirol Sul, com o objetivo de “desgermanizar” a região e restringir o exercício de sua cultura. Uma das políticas adotadas nesse sentido foi a proibição do uso da língua alemã, tornando obrigatório o uso do italiano por funcionários em todos os cargos públicos. Aqueles que não conseguiam se comunicar em italiano foram substituídos por trabalhadores italianos. A língua alemã foi proibida em tribunais, escolas e até mesmo nas interações cotidianas entre pessoas de origem alemã. Os nomes dos lugares, que anteriormente eram em alemão, foram substituídos por nomes italianos. A imprensa em língua alemã, considerada uma forma de manter a solidariedade do grupo, também foi proibida, resultando no fechamento dos jornais e na censura dos meios de comunicação radiofônicos. Além disso, os partidos políticos compostos por membros de origem alemã foram dissolvidos.

Em 1934, a política de “italianização” foi intensificada por Mussolini. Uma zona industrial foi estabelecida na capital do Tirol Sul com o objetivo de

⁴² MERKL, p.193, apud, EVANS, p.188

⁴³ MOTTA, Giuseppe. **The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism**. Edizioni Nuova Cultura, 2012. p.76

incentivar a imigração de pessoas de outras regiões da Itália. De acordo com Antony Alcock, essa política teve o efeito desejado, resultando em um aumento de 25% na população de origem italiana na região.⁴⁴

Na Tchecoslováquia

Em alguns países, a questão das minorias “nacionais” era complicada devido aos conflitos preexistentes. Conforme observado por Mazower, os alemães encontraram dificuldade em aceitar que não eram mais a classe dominante, como foi o caso na recém-criada Tchecoslováquia.

Apesar de a Tchecoslováquia ser um estado composto por diversos grupos “nacionais”, as minorias não eram suprimidas pelo governo local. O país tinha uma distribuição populacional que consistia em 66,9% (9.688.770) de tchecos e eslovacos, 22,3% (3.231.688) de alemães, 4,8% (691.923) de húngaros, 3,8% (549.169) de rutênios e 0,6% (81.737) de poloneses.

As minorias alemãs estavam localizadas nas regiões fronteiriças do oeste, sudeste e nordeste do país. A área onde predominava a população de origem alemã, destacada no mapa com uma cor cinza mais clara, era conhecida como Sudetos.

A relação entre alemães e imigrantes tchecos foi marcada por conflitos e tensões. Os tchecos que migraram para as regiões industriais alemãs eram, em sua maioria, trabalhadores agrícolas que foram forçados a deixar suas terras devido à modernização da agricultura, sendo atraídos para as áreas industriais da Boêmia Alemã pelos salários mais altos oferecidos nas minas e nas fábricas têxteis.

Os operários alemães tinham um sentimento de desprezo em relação aos tchecos, devido ao seu estilo de vida e à sua disposição para aceitar salários mais baixos, o que levava os empregadores a preferi-los em detrimento dos trabalhadores alemães. Conforme apontado por Keith Robbins, “os medos nacionais e sociais se misturavam perigosamente”.⁴⁵ Os alemães

⁴⁴ Para saber mais sobre as políticas públicas do governo italiano para a assimilação da população *Volksdeutschen*, ver ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001.

⁴⁵ ROBBINS, Keith G. VI. Konrad Henlein, The Sudeten Question and British Foreign Policy. *The Historical Journal*, v. 12, n. 4, 1969, p.676.

que retornaram às suas terras após a guerra se viram subordinados a um novo estado, governado por aqueles que tanto desprezavam, o que ampliou as tensões e o sentimento de descontentamento.

Inicialmente, as políticas adotadas pelo governo tcheco foram mais rigorosas em relação às minorias alemãs. As escolas de língua alemã foram fechadas e o idioma tcheco foi estabelecido como oficial, exigindo que os funcionários públicos aprendessem o novo idioma. Essa medida resultou na demissão de muitos servidores públicos alemães.⁴⁶

Além disso, o governo implementou uma reforma agrária que visava às terras dos fazendeiros alemães, especialmente em áreas consideradas “germanizadas”, com o objetivo de realocá-las para colonos tchecos. No entanto, vale ressaltar que houve uma representação alemã significativa no parlamento tcheco, permitindo que os alemães tivessem voz política. À medida que a economia se desenvolvia e o anticomunismo se tornava um sentimento comum, grupos de alemães e tchecos encontraram objetivos semelhantes nos negócios, sindicatos e na política. Essa convergência de interesses acabou promovendo uma maior interação e cooperação entre os dois grupos, transcendendo as diferenças étnicas e fortalecendo a relação entre alemães e tchecos.⁴⁷

Portanto, a situação dos alemães nos Sudetos, apesar de desafiadora, não era a mais severa, se compararmos com outros países, como veremos a seguir. Isso é possível de se concluir porque os alemães dos Sudetos, em virtude da área em que grande parte deles habitava, desfrutavam de direitos individuais completos como cidadãos, em um país onde as liberdades civis eram mais bem preservadas do que em outras partes da Europa.⁴⁸

Na Polônia

A situação mais tensa, no entanto, ocorreu na Polônia. A transferência do poder militar dos alemães para os poloneses foi marcada por muitos con-

⁴⁶ Para uma leitura mais detalhada sobre as leis tchecas que interferiam no cotidiano dos demais grupos, ler MAZOWER, Mark. *O Império de Hitler: a Europa sob o domínio Nazista*. Companhia das Letras, 2013.

⁴⁷ MAZOWER, op. cit., p.75.

⁴⁸ EVANS, 2012, op. cit., p.709.

frontos violentos. Milícias paramilitares alemãs foram formadas, recebendo apoio do governo Weimar⁴⁹ durante os momentos de conflito entre Alemanha e Polônia. Na Polônia, os alemães eram tratados como “cidadãos de segunda classe e traidores”. O governo polonês implementou um projeto de reforma agrária com o objetivo de nacionalizar as terras, seguindo o lema “Terras polonesas para os poloneses”, que visava reverter a germanização promovida pelo governo prussiano antes da guerra. Essa ação afetou não apenas grandes proprietários, como ocorreu na Tchecoslováquia, mas também pequenos proprietários rurais. Após a Guerra Russo-Polonesa (1919-1921), quando o exército russo se retirou, ocorreu uma emigração em massa de alemães da Polônia.⁵⁰

Temerosos de se ver do lado errado da fronteira com a Polônia, milhares fugiram para o oeste. Estimativas indicam que 575 mil alemães deixaram a Polônia entre 1918 e 1926, incluindo mais da metade da população alemã das porções cedidas da Posnânia e da Prússia Ocidental. Essa proporção enorme minimizava os menos de 10% de alemães que fugiram das terras tchecas e superava até mesmo os 200mil alemães que os franceses expulsaram da Alsácia-Lorena. É evidente que ocorreu um êxodo nas regiões fronteiriças ocidentais da Polônia que, em sua magnitude, não teve paralelo nem na Tchecoslováquia nem em algum outro lugar na mesma época. Cidades que haviam sido alemãs agora encolhiam e se convertiam em cidades polonesas.⁵¹

As políticas do governo polonês em relação a esse grupo populacional resultaram em mudanças drásticas no equilíbrio demográfico. Em Poznan/Posen, a proporção de alemães na população caiu de 42% em 1910 para apenas 2% em 1930; em Bydgoszcz/Bromberg, essa proporção diminuiu de 77% para 8,5%. Essas estatísticas revelam a significativa redução da presença alemã nessas regiões durante esse período.⁵²

O lugar dos *Volksdeutschen* políticas alemães após a Guerra

Os alemães no exterior desempenharam um papel importante na política alemã após a Primeira Guerra Mundial. Conforme Mazower destaca:

[...] em todo o espectro político de Weimar, líderes políticos e intelectuais defendiam a expansão nacional, o cuidado adequado

⁴⁹ Nome dado à República Alemã formada após a primeira guerra.

⁵⁰ MAZOWER, op. cit., p.76.

⁵¹ MAZOWER, op. cit., p.77

⁵² MAZOWER, op. cit., p.80

com os alemães que viviam no exterior e a necessidade de uma nova *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo).⁵³

Essa preocupação com os compatriotas fora das fronteiras alemãs refletia a busca por unidade e coesão nacional, bem como a atenção dada aos interesses e ao bem-estar dos alemães étnicos em todo o mundo.

Eric C. Steinhart ressalta que esse grupo desempenhou um papel central em muitos discursos pangermanistas, assumindo uma posição de destaque durante a República de Weimar. Durante esse período, o governo concedeu subsídios aos “alemães étnicos” e buscou proteger sua autonomia linguística e cultural por meio de esforços diplomáticos. Nesse sentido, foram apoiadas diversas instituições culturais e assistenciais com o objetivo de “fortalecer a ‘germanidade’”.⁵⁴

Segundo John Hiden, no que se refere às relações exteriores da Alemanha envolvendo os *Volksdeutschen* na década de 1920, podem ser identificadas duas frentes de atuação: o “trabalho oficial” e o “trabalho privado”. O trabalho oficial consistia nas atividades realizadas pelo Estado por meio de seus diferentes departamentos. Já o trabalho privado referia-se às ações empreendidas por uma “rede de organizações”, que às vezes contavam com o apoio do governo e, em outros casos, atuavam em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades.

Essas organizações eram divididas em dois grupos, de acordo com o autor: um preocupado com a preservação das tradições e o bem-estar dos “alemães étnicos”, e outro envolvido na questão das compensações para os alemães que viviam fora do país. Entre as mais importantes do primeiro grupo estavam a *Deutsche Schutzbund* e a *Verein für das Deutschtum Kulturbeziehungen im Ausland* (VDA). Esta última, conforme mencionado por Mazower, “distribuía recursos estatais e privados para escolas das minorias alemãs e outras organizações”. No segundo grupo, Hiden destaca a *Bund der Auslandsdeutschen* e a *Deutsche Ostbund*.⁵⁵

⁵³ MAZOWER, op. cit., p.81

⁵⁴ MAZOWER, op. cit., p. 80

⁵⁵ HIDEN, John, *The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche*, **Journal of Contemporary History**, v.,12, no. 2, 1977, p., 274

De acordo com o autor, essas organizações desempenham um papel fundamental na compreensão do tratamento dado aos alemães no exterior durante o período da República de Weimar. O modelo de política “não oficial”, representado pela intensa atuação dessas organizações, demonstra que o objetivo do Ministério das Relações Exteriores de estabelecer uma política centralizada voltada para o cuidado dos *Auslandesdeutsche* [alemães no exterior] nunca foi plenamente alcançado. Nesse contexto, é possível observar que foram os grupos privados que conseguiram organizar ações em prol desses indivíduos. Essa tendência foi ativamente incentivada e influenciada pelo governo, visando limitar áreas de potencial conflito entre os movimentos e as demandas mais amplas da política alemã. Além disso, algumas organizações privadas poderosas acabaram sendo transformadas, de fato, em órgãos oficiais “ocultos”.⁵⁶

Há divergências entre os pesquisadores sobre em que medida os *Volksdeutschen* foram utilizados como ferramentas para fins de expansão territorial pelo governo da República de Weimar. Mark Mazower afirma que tanto os governantes quanto seus opositores nacionalistas não demonstravam um interesse genuíno no retorno desses alemães que viviam nas áreas fronteiriças com a Polônia, uma vez que a presença dessa população fortalecia suas reivindicações territoriais sobre regiões polonesas.⁵⁷ Essa visão é compartilhada por Eric C. Steinhart, que argumenta que, para muitos no governo, essa população era fundamental para a reconquista de territórios perdidos após a Primeira Guerra Mundial. Eles viam os *Volksdeutschen* como uma chave estratégica para reivindicar essas áreas e justificar suas demandas territoriais.

Usando o exemplo das relações entre a Polônia e a Alemanha, Ulf Thoene argumenta que, embora a questão das minorias tenha sido frequentemente utilizada como meio de negociação entre os dois Estados, os “alemães étnicos” que permaneceram no território polonês não foram usados diretamente pelo governo de Weimar para justificar a expansão para o leste.⁵⁸

⁵⁶ HIDEN, 1977, op. cit., p.274.

⁵⁷ MAZOWER, op. cit., p.77.

⁵⁸ THOENE, op. cit.

A respeito desse caso, Mazower argumenta que, durante a República de Weimar, as relações políticas entre a Polônia e a Alemanha permaneceram relativamente sob controle. Segundo o autor, grande parte desse controle deve-se a Gustav Stresemann, um influente político alemão que ocupou os cargos de ministro das Relações Exteriores e chanceler do Reich durante esse período. Stresemann defendeu “a criação de um Estado cujas fronteiras políticas abarquem todos os povos alemães que vivem na área contígua de assentamentos alemães na Europa Central e que desejam estar conectados ao Reich”.⁵⁹

No entanto, a abordagem de Stresemann para alcançar esse objetivo era significativamente mais pacífica do que aquela posteriormente adotada pelo partido nazista. Sua visão era que a Alemanha deveria buscar a incorporação das populações étnicas que viviam fora de suas fronteiras por meio de métodos pacíficos e diplomáticos. Stresemann acreditava que a resolução dos conflitos com as minorias poderia ser alcançada mediante acordos e negociações na Liga das Nações.⁶⁰ Ele via o diálogo internacional e o respeito aos direitos das minorias como o caminho adequado para resolver essas questões, diferentemente da abordagem agressiva e expansionista defendida mais tarde pelo partido nazista.⁶¹

Conclusão

Os tratados de paz que encerraram a Primeira Guerra Mundial tiveram um impacto profundo nas fronteiras e na distribuição de territórios na Europa. A redistribuição territorial das populações de língua alemã resultante dos acordos levou à fragmentação dessas comunidades em diferentes Estados, tornando os alemães a maior população minoritária do continente. Milhões de germanófonos encontraram-se vivendo em países estrangeiros, enfrentando desafios políticos, sociais e culturais em suas novas realidades.

⁵⁹ MAZOWER, op. cit., p.77-78

⁶⁰ Deve-se chamar atenção que a hostilidade a minorias étnicas não começou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tão pouco teve origem de poloneses contra alemães. Já no governo de Bismarck houve um intenso ataque aos “inimigos étnicos”, e o primeiro grupo a sofrer com essa perseguição foram os poloneses.

⁶¹ MAZOWER, op. cit., p.77-78.

A situação dos alemães étnicos nos Estados europeus do pós-guerra foi altamente diversificada. Enquanto alguns países reconheceram e protegeram a autonomia cultural desses indivíduos, outros adotaram políticas discriminatórias e repressivas. A expulsão em massa na Alsácia-Lorena pela França, as medidas de "desgermanização" na Itália e a perseguição e o êxodo em massa na Polônia são exemplos de diferentes abordagens adotadas pelos Estados. Essas políticas tiveram um impacto significativo no equilíbrio demográfico, resultando em uma diminuição da presença alemã em várias regiões.

Os *Volksdeutschen* desempenharam um papel significativo nas políticas alemãs após primeira guerra, especialmente durante a República de Weimar. Tanto o Estado quanto as organizações privadas se envolveram na proteção dos interesses e do bem-estar dos alemães étnicos que viviam no exterior, buscando preservar sua autonomia cultural e fortalecer os laços com a "germanidade". Embora houvesse divergências entre os pesquisadores sobre se os *Volksdeutschen* foram utilizados como ferramentas diretas para a expansão territorial no período da República, é evidente que sua presença fortalecia as reivindicações territoriais e influenciava a política alemã. No entanto, liderado por figuras como Gustav Stresemann, o Estado alemão, até 1933, tinha uma política externa mais pacífica e diplomática, buscando a resolução dos conflitos por meio do diálogo internacional e do respeito aos direitos das minorias. Essa posição vai mudar com o governo nazista, não nos primeiros anos em si, mas a partir de 1938.

A preocupação com os *Volksdeutschen* refletia a busca pela unidade nacional e a coesão da comunidade alemã, mas sua instrumentalização para justificar a expansão territorial era complexa e sujeita a diferentes interpretações. Em última análise, a questão dos alemães étnicos nas políticas alemãs após a guerra reflete as tensões entre a preservação da identidade étnica e cultural e as aspirações políticas e territoriais da Alemanha da época.

Essa situação criou uma marca profunda na consciência coletiva dos povos envolvidos, gerando um ambiente de tensões e ressentimentos que desempenharam um papel significativo nas décadas seguintes. A perda de territórios e a imposição de restrições políticas e militares geraram insatisfação

e ressentimento entre os alemães, contribuindo para o clima propício ao surgimento de movimentos nacionalistas radicais, como o NSDAP. As consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desses tratados tiveram um impacto duradouro na história europeia, influenciando eventos subsequentes, como a Segunda Guerra Mundial. Nesta, por exemplo, o território polonês desempenhou um papel central no plano sistemático de extermínio de judeus étnicos pelos nazistas, devido à significativa presença judaica na população, que representava cerca de 40%.⁶² Isso reforça que os alemães étnicos continuaram sendo uma questão para as políticas identitárias do Estado alemão.

Fonte imagem:

Figura 1: Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes. Fonte US Holocaust Memorial Museum. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/media_nm.php?ModuleId=10005425&MediaId=1620>. Acesso em 23 de jun. 2023

Figura 2: Dissolução da Áustria-Hungria. Fonte: Por Rowanwindwhistler (Discussão · contribs) - Este ficheiro foi derivado de Disgregación de AustriaHungria. svg:CC BY-AS 4.0 Disponível <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=61355919>>. Acesso em 23 de Jun. 2023

Figura 3: zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923. Fonte: Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Western_Germany_1923_en.png/375px-Western_Germany_1923_en.png>. Acesso em 23 de jun. 2023

Figura 4: povos alemães e eslavos na Europa em 1914 (NW). Disponível em <http://www.firstworldwar.com/photos/graphics/nw_gerslav_01.jpg>. Acesso em 23 jun. 2023

Figura 5: Mapa República Austríaca Alemã. Fonte: Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GermanAustriaMap.png>>. Acesso em 23 jun. 2023.

Figura 6: Cartaz: “Mulheres alemãs protestam contra a ocupação do Reno por negros” Disponível em <<https://www.wdl.org/pt/item/4616/>>. Acesso em 23 de jun. 2023.

Figura 7: Grupos linguísticos na Tchecoslováquia, 1920-37. Disponível em EVANS, EVANS, Richard J., **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p.710.

⁶² SANTOS, Rodrigo dos. “Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016).” Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Maringá, 2020, p. 28.

Bibliografia

ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001

BARANOWSKI, Shelley. **Império Nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler**. Trad. Fernanda Brito Bincoletto. São Paulo: Edipro, 2014.

BERGEN, Doris L. Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust. In: Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), **The Heimat Abroad**, University of Michigan Press, 2005

Carr, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947.

DOIMO, Bruna. **Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939**. 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

EPSTEIN, Catherine. **Model Nazi: Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland**. Oxford University Press on Demand, 2010.

EVANS, Richard J. **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

EVANS, Richard J.. **O Terceiro Reich no poder**. Editora Planeta do Brasil, trad. Lúcia Brito, ed. 1, v. 2, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

DECRESCI, Samuel. *A incoerência na formação do estado iugoslavo: um "diálogo" com a obra Nações e Nacionalismo de Eric J. Hobsbawm*. **Revista Sem Aspás**, p. 145-154, 2013.

Die Verfassung der Freien Stadt Danzig. Textausgabe mit Einleitung von Dr. Otto Loening, HEFT 3, **A.W. Rafemann G.m.b.h Danziger Zeitung**, Dazing, 1922. Disponível em <https://www.freecitysourcebook.com/uploads/2/6/1/2/26123343/die_verfassung_der_freien_stadt_danzig__textausgabe_mit_einleitung_von_dr._otto_loening__1922.pdf>. Acesso em 24 Jun. 2023.

DOIMO, Bruna. **Die Volksdeutschen: Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939**. 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GÖTZ, Norbert. German-speaking people and German heritage: Nazi Germany and the problem of Volksgemeinschaft. In: Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), **The Heimat Abroad**. University of Michigan Press, 2005.

HIDEN, John. The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche, **Journal of Contemporary History**, v.,12, no. 2, 1977, PP., 273–289.

JUDSON, Pieter. When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation-Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe. In: Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin (Org.), **The Heimat Abroad**, University of Michigan Press, 2005.

KERSHAW, Ian. **Hitler**, trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

Mais de 25% da população alemã tem origem estrangeira. **Deutsche Welle**, 13 Abr. 2022. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/mais-de-25-da-popula%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-tem-origem-estrangeira/a-61464776>>. Acesso em 24 Jun. 2023.

MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler**: a Europa sob o domínio Nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MOTTA, Giuseppe. **The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism**. Edizioni Nuova Cultura, 2012.

Pedidos de asilo e refugiados na Alemanha. **Dados mundiais**. Disponível em <<https://www.dadosmundiais.com/europa/alemanha/refugiados.php>>. Acesso em 15 de Jun. 2023.

RICHARD, Lionel. **A república de Weimar (1919-1933)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

ROBBINS, Keith G. "Konrad Henlein and the Sudeten Question in British Foreign Policy." **The Historical Journal**, volume 12, número 4, 1969.

SALIS, André Ulysses de. **O silêncio do Leste: Refugiados do stalinismo no Paraná**. 2020, 234 f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SCHEUCH, Manfred. **1919: Primeiras eleições verdadeiramente democráticas**, RotBewegt, Áustria, s/d. Disponível em <<https://www.rotbewegt.at/#/epoche/1918-1933/artikel/1919-erste-echt-demokratische-wahlen>>. Acesso em 23 de Jun. 2023.

SANTOS, Rodrigo dos. **Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egerl na região de Guarapuava-PR (1949-2016)**. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Maringá, 2020

STEINHART, Eric C. **The Holocaust and the Germanization of Ukraine**. Cambridge University Press, 2015.

THOENE, Ulf. A política externa da Alemanha de Weimar e a proteção das minorias: o caso da minoria alemã na Polônia. **Historia Caribe**, v. 9, n. 25, p. 39-70, 2014.

TÓTH, Andrej. **On the Results of the Parliamentary Election in Czechoslovakia in 1935 with Regard to the Hungarian Opposition and Negativistic Political Parties—Land Christian-Socialist Party (OKSžP) and Hungarian National Party (MNP)**. Opava: Silesian University in Opava, 2014.